

POLÍTICAS EDUCATIVAS NA REGIÃO NORDESTE EM TEMPOS DE PANDEMIA: OPORTUNIDADE PARA O *EDU-BUSINESS*?

Alan Nascimento Rodrigues
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
alanmsn10@hotmail.com

Luciana Leandro da Silva
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
luciana.leandro@professor.ufcg.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca compreender como políticas similares têm se espalhado e se disseminado por diferentes lugares do mundo com a pandemia, seguindo a lógica do Movimento Global de Reforma Educacional (GERM). Sabe-se que esse processo de reforma educativa também se expande no Brasil, com fortes acentos neoliberais e empresariais, articulado com interesses neoconservadores.

Segundo Ball (2014), trata-se do projeto de enraizamento neoliberal que ocorre na relação entre empresas, políticas e Estado-Nação. Nesse sentido, a análise das políticas deverá considerar a amplitude dos interesses que elas revelam. Em se tratando da influência do neoliberalismo na educação, há um verdadeiro levante empresarial interessando neste setor e que vê na educação uma oportunidade de lucro para o chamado *edu-business* global (BALL, 2014).

Ball (2014) indica que devemos observar como empresários reformadores da educação têm interferido na formulação de políticas educacionais: se colocam como “uma nova elite de especialistas” que estão dispostos não somente a vender materiais didáticos, cursos de formação de professores e dar qualquer outro tipo de suporte pedagógico, mas se colocam também como resolvidores dos “problemas” das políticas. Trata-se, portanto, de uma modalidade complexa de privatização que, para o autor, se faz mediante mudanças na organização do setor público, com a introdução de novas formas de organização do estado (governança, gerencialismo, desempenho, metas e resultados), privatização do próprio Estado e a incidência dos serviços públicos sob os interesses da iniciativa privada.

Nesse sentido, a intenção do presente estudo é tecer algumas considerações iniciais acerca das principais políticas educacionais adotadas nos nove estados da

região Nordeste do Brasil¹ para enfrentar os problemas relativos à educação básica gerados no contexto da pandemia de Covid-19, atentando para a presença do setor privado nas medidas e decisões em termos de políticas educativas, por meio da análise de informações disponibilizadas em documentos normativos, em *sites* de notícias, redes sociais e portais de informações.

DESENVOLVIMENTO

Desde que o primeiro caso de Covid-19 foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020 no Brasil, várias medidas em âmbito federal, estadual e municipal passaram a ser adotadas como forma de evitar a proliferação da epidemia, ainda que o governo federal tenha menosprezado a gravidade da situação desde o início. Entre as medidas tomadas, o Congresso Nacional editou o decreto legislativo nº 6, de março de 2020, “reconhecendo estado de calamidade pública”. Em 1º de abril de 2020, o governo federal editou a medida provisória nº 934, que estabeleceu normas excepcionais para o ano letivo nos níveis da educação básica e da educação superior, decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública.

Entre as medidas sanitárias adotadas para evitar aglomerações, fez-se necessário o fechamento das escolas, algo que tem sido objeto de muita preocupação e de controvérsias, devido aos “atrasos” que isso poderia ocasionar no desenvolvimento das novas gerações e dado o baixo percentual de acesso aos meios eletrônicos e à internet por boa parte da população.

Recente pesquisa da CNTE aponta que quase 90% dos professores não tinham experiências com aulas remotas antes da pandemia e 42% seguem sem treinamento. Isso deixa mais evidente a precariedade da educação básica no país, bem como o favorecimento do uso de didáticas e de plataformas de modo improvisado. Apesar disso, um dos primeiros atos normativos tomados pelo governo federal por meio da portaria nº 343, de março de 2020, autoriza, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação.

Assim, entre as ações e políticas adotadas desde o início da pandemia, está a flexibilização do sistema educacional para possibilitar o uso intensivo de

¹ A região Nordeste é formada pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

tecnologias no ensino e, ao mesmo tempo, há também forte pressão pelo retorno das atividades presenciais (ou dentro do chamado modelo híbrido), dado o limitado alcance dos meios tecnológicos em um país extremamente desigual. Nesse sentido, a resolução CNE/CP nº 2/2020 indica orientações para o retorno gradual das aulas, deixando a cargo das secretarias estaduais e municipais de educação a competência e responsabilidade para definir medidas de retorno às aulas, bem como para oferecer atividades não presenciais e/ou de ensino flexível híbrido no retorno gradual às aulas presenciais, respeitando os protocolos sanitários locais, considerando os diferentes impactos e tendências da pandemia. Essa resolução prevê, ainda, que para o cumprimento dos objetivos de aprendizagem, e considerando a legislação educacional e a BNCC, admitem-se diferentes critérios e formas de organização da trajetória escolar, a integralização da carga horária mínima do ano letivo afetado pela pandemia pode ser efetivada no ano subsequente, por meio da adoção de um *continuum curricular*, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a BNCC e as normas dos respectivos sistemas de ensino.

Por meio da análise de documentos publicados pelas secretarias estaduais de educação, percebe-se que os nove estados da região Nordeste vem criando suas próprias políticas e, em consonância com as diretrizes nacionais, versam sobre o uso de diferentes estratégias e ferramentas para dar seguimento ao ano letivo, muitas vezes, mencionando a adoção de ferramentas e tecnologias de uso proprietário, além da propagação de conteúdos pela televisão aberta e plataformas digitais, muitas delas pertencentes à iniciativa privada.

Desse modo, a aparente situação de “crise educacional” acirrada pela pandemia, se mostrou como oportunidade de expansão de um profícuo mercado, que fez com que muitos estados abrissem suas portas ou aprofundassem suas relações com o setor privado. Percebe-se que as secretarias de educação vêm recebendo amplo apoio de diferentes empresas e entidades parceiras que têm colaborado na elaboração de um “currículo priorizado”, ou seja, que prioriza as habilidades essenciais de cada ano dos ensinos fundamental e médio, conforme o que prescreve a BNCC. Nesse sentido, foi possível observamos que as redes públicas de ensino têm estabelecido ou fortalecido suas relações com empresas e organizações de natureza privada, as quais vêm participando efetivamente da elaboração e execução de políticas, sob o argumento de oferecer “suporte

pedagógico” para o replanejamento docente. No quadro a seguir, apresentamos, de forma sintética, a incidência de algumas dessas organizações encontradas nos diferentes estados pesquisados:

Quadro 1 – Empresas, organizações e entidades de natureza privada presentes nos estados da região Nordeste

Empresas/Organizações/Entidades	BA	SE	AL	PE	PB	RN	CE	PI	BA	MA
La Caixa (Escola Digital)		X	X	X	X	X				X
Estácio de Sá										X
Fundação Getúlio Vargas	X		X		X	X		X	X	X
Fundação Lemann	X	X	X		X	X	X		X	X
Fundação Roberto Marinho	X	X	X	X			X		X	
Fundação Santillana/Moderna		X						X		
Fundação Telefônica Vivo	X	X	X	X					X	
Fundação Vale										X
Google	X	X		X	X	X	X	X	X	X
Instituto Aliança	X						X		X	
Natura		X	X	X	X	X		X		X
Paramitas	X	X		X			X		X	
Sonho Grande		X		X	X					X
Itaú Social	X							X	X	

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados preliminares da pesquisa.

Destacamos em negrito as empresas/organizações mais presentes nos estados; cada uma delas oferta um tipo de serviço específico e possui uma determinada forma de influência. De todo modo, isso nos dá uma pequena amostra da presença da iniciativa privada no estabelecimento de políticas educativas na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais apontam para o aprofundamento das parcerias das redes estaduais com a iniciativa privada, a qual tem aproveitado esse momento para oferecer diferentes cursos, serviços e plataformas de apoio a professores, gestores e alunos. É possível perceber que a pandemia acelerou o processo de tomada do espaço público pela iniciativa privada e tem intensificado o andamento da privatização das instituições de ensino que se traduz no que Ball (2014) chama de “varejo de soluções políticas de melhoria” para as escolas. Assim, coloca-se em marcha um processo de transferência de política via filantropia empresarial, que ocorre quando há privatização por meio da transferência de ideias empresariais que passam a “proliferar” e a “contagiar” o modo de organização do trabalho pedagógico e a gestão das escolas.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. **Educação global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.